

Prerrogativas processuais da Fazenda Pública à luz do princípio constitucional da isonomia

Luciano Luiz Bandeira de Melo¹

1. Procurador jurídico do município de Muriaé; advogado; mestre em Políticas Públicas e Processo; professor na FAMINAS, Muriaé, MG; coordenador e professor na Doctum, Carangola, MG.

RESUMO: O presente artigo tem por objeto o estudo do princípio da isonomia em confronto com as prerrogativas processuais conferidas à Fazenda Pública. Como é cediço, o Código de Processo Civil, em vários dispositivos, v.g. o art. 27, 188, 475, confere tratamento diferenciado à Fazenda Pública quando litiga em juízo em detrimento de interesses opostos por particulares, assim considerados em sua individualidade. A grande controvérsia suscitada reside na hipótese de um desequilíbrio de armas repudiado pelo princípio constitucional da isonomia, consagrado no ordenamento jurídico brasileiro e ratificado pelo princípio processual da igualdade, quando litigam em juízo o Estado e um particular. Modernamente, imprime a doutrina uma visão do “Estado Social”, considerando-o uma figura jurídica capaz de representar o povo, vezes se confundindo com ele próprio devido ao indissociável interesse público que representa finalisticamente. Lado outro, verifica-se a relação do particular, cidadão dotado de um patrimônio jurídico pessoal traduzido na sua simples condição de ser pessoa de direito, que ao enfrentar o Estado encontra, minimamente, um dilatado “tempo de duração do processo”. Indaga-

se, portanto: seriam justas as prerrogativas legais conferidas a Fazenda Pública? Almeja-se, com o presente ensaio, instigar a reflexão acerca das prerrogativas processuais conferidos a Fazenda Pública à luz do consagrado princípio constitucional da isonomia.

Palavras-chave: Fazenda Pública, isonomia, prerrogativas processuais.

RESUMEN: Prerrogativas constitucionales de la hacienda Pública a la luz del principio constitucional de la isonomía. El presente artículo tiene por objeto el estudio del principio de isonomía en confronto con las prerrogativas procesales conferidas a la Hacienda Pública. Como es de conocimiento de todos, el Código del Proceso Civil, en varios dispositivos, v.g. los artículos 27, 188, 475 dan tratamiento diferenciado a la Hacienda Pública cuando entra en conflicto judicial en detrimento de intereses opuestos por particulares, así considerados en su individualidad. La grande controversia suscitada reside en la hipótesis de un desequilibrio de armas repudiado por el principio constitucional de la isonomía, consagrado en el ordenamiento jurídico brasileño y reafirmado por el principio procesal de la igualdad cuando entran en conflicto judicial el estado y un particular. Modernamente, imprime la doctrina una visión del “Estado Social” considerándolo como una figura jurídica capaz de representar a las personas, a veces confundiéndose con él propio, debido al indisoluble interés público que, al final, representa. Por otro lado se verifica la relación del particular, ciudadano dotado de un patrimonio jurídico personal traducido en su simple condición de ser persona de derecho, que al enfrentar al estado, encuentra a lo mínimo, un dilatado “ tiempo de duración del proceso”. Se indaga, por tanto: ¿serían justas las prerrogativas legales ofrecidas a la Hacienda Pública? Se desea con el presente artículo instigar a

la reflexión sobre las prerrogativas procesales ofrecidos a la Hacienda Pública a la luz del consagrado principio constitucional de la isonomía.

Palabras llaves: Hacienda Pública, isonomía, prerrogativas procesales.

ABSTRACT: Procedural prerogatives of the Public Farm to the light of the constitutional principle of the isonomy. The present article has as object of study of the beginning of the isonomy in confrontation to the conferred procedural prerogatives to the Public Farm. As it is, the Code of Civil Action, in some devices, articles 27, 188, 475, confers differentiated treatment to the Public Farm when it litigates in judgment in detriment of opposing interests for particulars, thus considered in its individuality. The great excited controversy inhabits in the hypothesis of a disequilibrium of weapons repudiated by the constitutional principle of the isonomy, consecrated in the Brazilian legal system and ratified for the procedural principle of the equality, when they litigate in judgment the State and a particular one. Modernly, it gives the doctrine a vision of the "Social State", considering it as a legal figure able to represent the people, times confusing with itself to the public interest that it represents. But, the relation of the particular citizen is verified, citizen who has personal legal patrimony in its simple condition of being a person with rights, that when facing the State finds, minimum, a greater "time of duration of the process". It is inquired, therefore: would be fair the legal prerogatives conferred the Public Farm? It is longed for, with the present essay, to instigate the reflection concerning the procedural prerogatives conferred the Public Farm to the light of the consecrated constitutional principle of the isonomy.

Keywords: Public farm, procedural isonomy, prerogatives.

O art. 5º, *caput*, e o inciso I da Constituição Federal de 1988 estabelecem que todos são iguais perante a lei. No que pertine ao processo civil, o princípio da igualdade significa que os litigantes devem receber do juiz tratamento idêntico. Assim, a norma do art. 125, I, do Código de Processo Civil teve recepção integral em face do novo texto constitucional.

É de se anotar que o *caput* do art. 37 da Constituição Federal dispõe, expressamente, sobre os princípios inerentes à Administração Pública. Dentre outros quatro, destaca-se o princípio da impessoalidade, que deve ser cogentemente observado pelo Estado Juiz no âmbito de seu mister jurisdicional, uma vez que deve tratar as partes de forma isonômica, imparcial e impessoal.

Frisa-se que os princípios constitucionais que norteiam os processos devem ser observados pelo legislador quando da elaboração das leis, notadamente o princípio da isonomia. Não obstante, admitida a lei no universo jurídico, deverá a mesma ser aplicada pelo Juiz, que também deverá observar os princípios constitucionais.

Embora tal preceito dirija-se primordialmente ao legislador, uma vez que só à lei é permitido discriminar entre os diferentes, é consequência lógica que, num primeiro momento, há de influir na esfera processual, porquanto haverá de permear a elaboração das leis que lhe são próprias.

Em um segundo momento, como bem observa José Cretella Neto (2002, p. 374), o princípio dirige-se

ao juiz, para na parte em que lhe for facultada a discricionariedade, garanta tratamento isonômico às partes, vale dizer, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida exata de sua desigualdade, tanto na vida quanto no processo.

Quanto à paridade das partes no processo, deve-se buscá-la no seu sentido efetivo, escopo maior do Direito Processual Civil, e não somente a igualdade jurídica formal. Esta última seria facilmente alcançável com a adoção de regras legais estáticas.

Destarte, existem variadas legislações que estabelecem prerrogativas a determinados litigantes. Pode-se citar o art. 4º, I, do Código de Defesa do Consumidor que reconhece o consumidor como parte hipossuficiente na relação processual, ou melhor, como parte mais fraca, invertendo, através do art. 6º, VIII, o ônus da prova, a ponto de erigir dita prerrogativa à condição de direito básico do consumidor.

Em relação à Fazenda Pública, depreende-se que também existem vários dispositivos em nosso sistema legal que lhe concedem algumas prerroga-

tivas, tais como: o art. 188 do CPC que concede o prazo em quádruplo para responder e em dobro para recorrer; o art. 475 do CPC, que dispõe sobre o reexame necessário da sentença proferida contra a Fazenda Pública pelo juízo *ad quem*; a lei 9.494/97 que veda, em alguns casos, a antecipação de tutela em face da Fazenda Pública e etc.

Deve-se, inicialmente, estabelecer a distinção entre privilégio e prerrogativa, já que ambos não se confundem, não expressam o mesmo sentido. Privilégios ensejam a idéia de ilegalidade ou inconstitucionalidade, o que não ocorre com as prerrogativas, que têm previsão legal e fundamento de validade na própria Constituição.

É cediço que a doutrina é vacilante em relação à interpretação das prerrogativas legais atribuídas à Fazenda Pública, porém a corrente majoritária admite que ditas prerrogativas não conflitam com os princípios constitucionais que norteiam o processo, especialmente o princípio da isonomia.

A tutela especial, que merece o interesse público curado pela Administração, e a supremacia do interesse público em relação ao privado justificam certas prerrogativas aos entes que a compõem.

A supremacia do interesse público revela-se o ponto central do “desequilíbrio de armas” na disputa processual envolvendo a figura jurídica do Estado e particulares, porém é necessário estabelecer de forma precisa o que seja o interesse público.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello (1995, p. 71), “o interesse público é resultante do conjunto de interesses que os indivíduos pessoalmente têm quando considerados em sua qualidade de membros da sociedade e pelo simples fato de o serem”.

Para Alexandre de Moraes (2003, p. 116), o princípio da supremacia ou preponderância do interesse público, também conhecido por princípio da finalidade pública, consiste no direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum.

A Constituição Federal de 1988 prevê, no parágrafo único do art. 1º, o princípio da supremacia do interesse público quando consagra o povo como principal depositário do poder, em nome do qual e para o qual deve ser exercido. Desta forma, deve o interesse público prevalecer sobre o interesse individual, uma vez que o poder deve ser exercido em nome do “povo” e para o “povo” e não em nome do indivíduo, assim entendido o cidadão, isoladamente.

Destarte, encontra-se disposto no inciso IV do art. 3º da Constituição Federal brasileira que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é promover o bem de todos, sem distinção de qualquer natureza.

Impende notar que o legislador constituinte, ao estabelecer como objetivo da nação promover o bem de todos, o faz, novamente, de forma a

contemplar a supremacia do interesse público sobre o individual, mormente por ter se utilizado da expressão “todos”, que conota a idéia de coletividade. Assim, as atividades administrativas são desenvolvidas pelo Estado para benefício da coletividade. Mesmo quando age em vista de algum interesse estatal imediato, seu fim último deve ser voltado para o interesse público, sob pena de desvio de finalidade.

Segundo José dos Santos Carvalho Filho (2005, p. 19), não é o indivíduo em si o destinatário da atividade administrativa, mas sim o grupo social num todo. Saindo da era do individualismo exacerbado, o Estado passou a caracterizar-se como *Welfare State* (Estado/bem-estar), dedicado a atender ao interesse público. Logicamente, as relações sociais vão ensejar, em determinados momentos, um conflito entre o interesse público e o interesse privado, mas, ocorrendo esse conflito, há de prevalecer o interesse público. Nesse sentido, o indivíduo tem de ser visto como integrante da sociedade, não podendo os seus direitos, em regra, serem equiparados aos direitos sociais.

Preleciona Norberto Bobbio,

Sendo o direito um ordenamento de relações sociais, a grande dicotomia público/privado duplica-se primeiramente na distinção de dois tipos de relações sociais: entre iguais e desiguais. O Estado, ou qualquer outra sociedade organizada onde existe uma esfera pública, não importa se total ou parcial, é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, ou melhor, entre detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência, que são relações entre desiguais (2005, p. 15-16).

Considerado, como está, o fato da supremacia do interesse público sobre o privado, tem-se por certo que a correlação lógica que permite a lei distinguir a Fazenda Pública dos particulares, quando litigam em juízo, baseia-se na premissa inarredável da necessidade do alcance da isonomia substancial preconizada pela moderna corrente de aplicação alternativa do Direito, que busca um ponto central de equilíbrio em atenção ao verdadeiro *mens* do princípio da isonomia.

Segundo Nelson Nery Júnior:

Poderia parecer à primeira vista que as prerrogativas processuais concedidas, por exemplo, à Fazenda Pública e ao Ministério Público infringiriam o princípio constitucional

da igualdade. Entretanto, o que o princípio constitucional quer significar é a proteção da igualdade substancial, e não a isonomia meramente formal. Essa igualdade real, explicada e demonstrada cientificamente pelo direito constitucional e também pelo direito processual civil está servindo de fundamento básico para recente corrente político-filosófica denominada no Brasil de “aplicação alternativa do direito” ou justiça alternativa, que vê na igualdade substancial o instrumento para a busca da segurança e do justo. Consoante já vimos, antes de caracterizar ofensa ao princípio constitucional da igualdade de partes, o benefício de prazo vem constituir-se como afirmação e efetivação do princípio, traduzindo-se como medida de equidade, pois trata partes desiguais desigualmente, atuando em prol da igualdade substancial de que já falamos (2004, p. 134).

Vicente Greco Filho (1997, p. 25), por sua vez, diz que “o fundamento extralegal do benefício está na especial proteção que a lei dá, em várias passagens, à Fazenda Pública, em virtude dos interesses que defende e das dificuldades burocráticas de atuação.”

Logo, tais prerrogativas têm cunho de interesses “político-processuais” e também de supremacia do interesse público, coletivo e social, frente ao direito individual. E, assim, não infringe o direito das partes, mas, sim, estabiliza-o para a garantia e efetivação do primordial interesse público envolvido no caso.

É de se relevar que o próprio gigantismo do Estado, do Poder Público, bem como sua burocracia interna, são fatores que não se pode deixar de observar quando analisadas as prerrogativas legais do Estado em face do princípio da isonomia.

Para Juvêncio Vasconcelos Viana, por ser o Estado uma organização burocrática de alta complexidade, que cuida, de forma simultânea, de interesses direcionados às mais variadas áreas, o tratamento processual diferenciado destinado à Fazenda Pública não compromete o princípio da isonomia, pois atua em situação de desigualdade (2003, p. 20). Nota-se que não se trata apenas de prerrogativas de ordem processual, mas sim de prevalência da proteção do interesse público e social envolvido no caso.

De acordo com Roberto Rosas,

a primeira novidade infringente do princípio da isonomia é relativa a prazos, daí aplicar-se o tratamento desigual aos

desiguais, para quadruplicar o prazo para a contestação e duplicar o prazo para recorrer, da Fazenda Pública. Pedro Baptista Martins e Pontes de Miranda justificaram essa prerrogativa no avultado complexo da administração pública, que se socorre de informações com grandes dificuldades, pois, muitas vezes, os dados ou documentos não estão acessíveis. A tônica do interesse público já está acentuada nos publicistas, e eles não podem ser esquecidos para o embasamento dessa prerrogativa, como tal só pode existir no interesse público (1999, p. 39).

Tudo isso, eivado do espírito de igualdade substancial, como hoje é tomado o princípio da isonomia, implica a impossibilidade de absoluta igualização entre autor e réu, posto que entre eles geralmente haverá diferenças ou peculiaridades a prostrar-lhes em pavimentos diferentes na escala de capacidade e oportunidade de atuar no processo.

Justamente para obviar todos esses inconvenientes, a lei concedeu à Fazenda Pública a prerrogativa do prazo em quádruplo para responder. É de se notar que, antes de caracterizar ofensa ao princípio constitucional da igualdade de partes, o benefício de prazo vem constituir-se como afirmação e efetivação do princípio, traduzindo-se como medida de equidade, pois trata partes desiguais, *in casu*, a Fazenda Pública, desigualmente, atuando em prol da igualdade substancial.

Em relação ao reexame necessário ou remessa obrigatória, previsto no art. 475 do Código de Processo Civil, como prerrogativa legal da Fazenda Pública à luz do princípio da isonomia, segundo Nelson Nery Júnior a remessa necessária não é inconstitucional. Condição de eficácia da sentença é manifestação do efeito translativo no processo civil: transfere-se conhecimento integral da causa ao tribunal superior, com a finalidade de estabelecer controle sobre a correção da sentença de primeiro grau. Daí por que, mesmo sem recurso das partes, pode haver modificação parcial ou total da sentença, inclusive em detrimento da Fazenda Pública (2004, p. 95). Portanto, acredita-se que as prerrogativas legais oferecidas à Fazenda Pública, mormente a indisponibilidade de seus bens, sugerem a necessidade da confirmação da sentença por um juízo colegiado, coadunando perfeitamente com o princípio da igualdade substancial perseguido pela lei, uma vez que o patrimônio afeto à Fazenda Pública é público, pertence a toda população, diferenciando-se apenas em relação a sua destinação.

Neste sentido, preleciona Luiz Manoel Gomes Júnior,

Pareceu-nos que, dentre outros fundamentos, a gênese do at. 475 do CPC, na hipótese de sentenças proferidas contra

a Fazenda Pública, justifica-se por motivo de conveniência e de interesse de ordem pública, dada a natureza do objeto de determinadas causas ou o seu sujeito, impedindo que casos em que a Fazenda figure como vencida, não sejam objeto de reexame na instância superior. [...] Ainda que a sentença tenha sido proferida contra a Fazenda Pública, evidente que, em muitos casos, verificar-se-á que o interesse coletivo foi absolutamente resguardado. Dito de outra forma, teve o condão de garantir a supremacia do interesse público implícito àquele bem jurídico cuja tutela se postulava judicialmente.

José Carlos Barbosa Moreira defende a necessidade do reexame necessário nas sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, quando diz:

Basta refletir um pouco para perceber que a *ratio legis* do art. 475, II, não se restringe aos casos de sucumbência da União, do Estado ou do Município no plano *meritum causae*. O que se quer é assegurar o controle da decisão de primeiro grau por órgão hierarquicamente superior, a fim de evitar que a pessoa jurídica de Direito Público – e, portanto, a coletividade – seja prejudicada sem fundamento sólido. Ao ver do legislador está em jogo relevante interesse público. Mas esse interesse pode ser injustamente ferido tanto nas hipóteses de sentença de mérito desfavorável à união, ao Estado ou ao Município, quanto naquelas em que o processo iniciado por alguns deles se vê extinto sem apreciação da lide em sua substância (2001, p. 90).

José Cretella Neto diz que os princípios políticos “são aqueles que estabelecem que o Poder Judiciário deve assegurar a efetiva obtenção da Justiça, fundada no Direito e nas leis vigentes, com o máximo de garantia social e o mínimo de sacrifício individual, tanto no plano econômico quanto no da liberdade individual” (2002, p. 375-76).

Tratando da lei 9.494/97, chega-se, *a priori*, ao pensamento da infringência ao princípio da isonomia, uma vez que a referida lei, ao restringir, em alguns casos, a possibilidade da concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, o faz de forma a privilegiar processualmente referido ente público, que é o próprio Estado.

Cumprе ressaltar que a constitucionalidade da referida lei já foi enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal na ADC04 – DF, proposta pelos Presi-

dentes da República e das mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, que culminou na concessão de liminar com efeito vinculante *erga omnes*, decidindo sobre a constitucionalidade da aplicabilidade da referida norma.

Defendem Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart a original idéia, fundada no princípio da isonomia, da distribuição equânime do tempo no processo:

O tempo do processo não pode prejudicar o autor e beneficiar o réu, já que o Estado, quando proibiu a justiça de mão própria, assumiu o compromisso de tratar os litigantes de forma isonômica e de tutelar de forma pronta e efetiva os direitos. Para que impere a igualdade no processo, é preciso que o tempo seja isonomicamente distribuído entre as partes litigantes. O tempo deve ser repartido, no curso do procedimento, de acordo com o índice de probabilidade desde que o autor tenha direito ao bem disputado (2001, p. 224).

Celso Antônio Bandeira de Mello preconiza que “não é qualquer fundamento lógico que autoriza desequilibrar, mas tão-só aquele que se orienta na linha de interesses prestigiados na ordenação jurídica máxima” (2000, p. 48), ou seja, o interesse público. Por tudo isso, cogita-se acerca de um princípio da igualdade processual das partes como reflexo no processo civil do cânone constitucional da isonomia.

Tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais é a substância do princípio da isonomia. A desigualdade dos beneficiários das prerrogativas legais em relação ao litigante comum estaria no interesse maior que a Fazenda Pública representa no processo. Os direitos defendidos pela Fazenda são direitos públicos, vale dizer, de toda coletividade, sendo, portanto, metaindividuais.

Assim, quem litiga contra a Fazenda Pública não está enfrentando uma parte qualquer, mas sim o próprio povo, razão bastante para o legislador beneficiar este ente com prazos especiais, atendendo ao princípio da igualdade real das partes no processo.

Preleciona Sérgio Ferraz,

se podemos figurar na relação processual como adversários do Estado, no final das contas, ao menos indiretamente, somos interessados também naquilo que venha ser obrigado o Estado a cumprir, em razão do ditame judicial. De alguma maneira seremos atingidos, mesmo se vencedores, pois

de qualquer modo o nosso interesse estará indissolúvelmente ligado àquilo que venha a ser ditado à parte Estado (1980, p. 42).

Depreende-se que haverá casos em que o interesse individual conflitará com o interesse público, devendo este prevalecer sobre aquele, que é a sua própria finalidade. Assim, a regras processuais que beneficiam a Fazenda Pública em juízo em detrimento do litigante individual, ou coletivo (ações coletivas), se justifica na preservação do interesse público.

Consoante Maria Fernanda dos Santos Maçãs,

O conceito de interesse público que interessa é um conceito estrito, jurídico e administrativo [...]. A propósito deste conceito, é preciso fazer uma distinção fundamental entre interesse coletivo primário, interesse na justa composição dos conflitos, e interesse público secundário, caracterizado pela sua instrumentalidade imediata em face daquele [...]. Num Estado democrático só ao legislador cabe, em primeira linha, a definição daquele que será o interesse público por excelência [...]. A Administração assume, por sua vez, a função instrumental de concretização e interpretação do interesse público definido pelo legislador [...]. Os interesses dizem-se secundários precisamente porque correspondem àquelas necessidades coletivas que as autoridades vão em maior ou menor medida satisfazer através de meios institucionais e materiais próprios, a fim de realizarem aqueles que são os objetivos fundamentais da comunidade política. Não se pode dizer que sejam interesses públicos por natureza: são interesses públicos por adoção, escolhidos em regra, como vimos, pelo legislador, e por atribuição, postos a cargo dos órgãos da Administração Pública (1996, p. 212-13).

Frisa-se que a estrutura estatal é tão somente privilegiada e soberana quando não se encontra diante de um interesse público de primeira ordem, uma vez que o fundamento de sua existência é justamente realizar a vontade da coletividade, além de promover as finalidades sociais para atingir os interesses transindividuais.

Carlos Ari Sundfeld preleciona que

A existência do Estado é justificada pela necessidade de atender a certos interesses coletivos, que os indivíduos isolados não podem alcançar. Esses interesses, cuja realização é atribuída ao Estado, chamam-se interesses públicos, por oposição aos interesses privados, titularizados pelos particulares. O Direito, como seria de esperar, qualifica os primeiros como mais relevantes que os segundos, e o faz conferindo-lhes prioridade no confronto com estes. Quando se chocam, o interesse público tem preferência sobre o privado. Isso não significa que os interesses privados não tenham proteção jurídica; certamente a têm, mas menos intensa que a dada ao interesse público (1999, p. 166-67).

Salienta-se que o princípio da supremacia do interesse público converge ao princípio da indisponibilidade do interesse público, visto que o administrador não pode agir contrariamente e nem dispor do interesse público, sendo, portanto, intrínsecos e indissociáveis. Se assim o fizer, estará contrariando o interesse de toda a sociedade.

De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello,

[...] significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade – internos ao setor público – não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los – o que é também um dever – na estrita conformidade do que dispuser a *intentio legis* (2000, p. 31-9).

Nesse sentido, entende-se que as pessoas administrativas não têm, portanto, disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização. Esta disponibilidade está permanentemente retida nas mãos do Estado, bem como de outras pessoas políticas, cada qual na sua própria esfera, em sua manifestação legislativa.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro observa que o princípio da supremacia do interesse público encontra-se presente não só no momento da execução das leis pela Administração Pública, mas também no momento da própria elaboração da lei,

Esse princípio, também chamado de princípio da finalidade pública, está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda sua atuação (2004, p. 69).

Assim, diante da responsabilidade imposta através dos princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público, entende-se que as prerrogativas legais inerentes à Fazenda Pública, idealizadas pelo legislador, foram inspiradas justamente nos ideais de proteção ao interesse público, fim último buscado pelo Estado.

Conclui-se, como presente ensaio, que o interesse público foi tutelado quando da própria elaboração das leis que conferiram as prerrogativas processuais à Fazenda Pública, sendo seu alicerce e a justificativa para dilação dos prazos para apresentação de respostas e interposição de recursos; para determinação legal da confirmação da sentença monocrática pelo órgão judicial colegiado através do reexame necessário; para dispensa de pagamento de custas iniciais e preparo prévio e, finalmente, para vedação, via lei infraconstitucional, da antecipação de tutela, em casos específicos, em seu desfavor.

Consagrou-se que a Fazenda Pública, quando em Juízo, tendo em vista a natureza pública dos interesses que defende, quer em razão de sua própria pessoa, quer em razão da natureza do interesse discutido na lide, figura com toda a supremacia sobre o interesse privado, motivo pelo qual a relação jurídica é regida pelos princípios do direito público.

Não se pode olvidar que a caracterização da relação processual em que é parte a Fazenda Pública é o próprio interesse público, fim último da Administração Pública e fundamento para validação das prerrogativas processuais, motivo pelo qual deve ser aplicado, a fim de se garantir a “desigualdade” jurídica e consolidar o princípio da isonomia substancial.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro arremata a idéia da necessidade de existência de instrumentos legais protetores dos interesses da Fazenda Pública advertindo que “se vencida a Fazenda Pública em juízo, é o interesse público que está sendo prejudicado” (2004, p. 70).

Referências bibliográficas

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

_____. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

CRETILLA NETO, José. **Fundamentos principiológicos do processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FERRAZ, Sérgio. Privilégios processuais da Fazenda Pública e princípio da Isonomia. **Revista de Direito Público**, n. 53-54, São Paulo, 1980.

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. Considerações sobre a remessa obrigatória em sede de ação popular. In: **Revista de Processo**, São Paulo, Revista dos Tribunais, n. 102.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. v. 2.

MAÇÃS, Maria Fernanda dos Santos. **A suspensão judicial da eficácia dos atos administrativos e a garantia constitucional da tutela judicial efetiva**. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.

MARINONI, L. G; ARENHART, S. C. **Manual do processo de conhecimento**. São Paulo: RT, 2001.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Jurídico Atlas, 2003.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Juízo de retratação e reexame obrigatório em segundo grau**. Temas de Direito Processual – Sétima Série. São Paulo: Saraiva, 2001.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal de 1988**. 8. ed. São Paulo: RT, 2004.

ROSAS, Roberto. **Direito Processual Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

SUNDFELD, Carlos Ari. A Administração Pública na Era do Direito Global. In: SUNDFELD, Carlos Ari ; VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direito Global**. São Paulo: Max Limonad, 1999.

VIANA, Juvêncio Vasconcelos. **Efetividade do processo em face da Fazenda Pública**. São Paulo: Dialética, 2003.